

## **Demonstrações Contábeis**

**TME - Transmissora Matogrossense de  
Energia S.A.**

31 de dezembro de 2020

# **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

## **Demonstrações Contábeis**

31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas  
Contadora CRC 1SP214160/O-5

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>91.129</b>	<b>96.816</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	130	37.812
Investimento de curto prazo	5	27.831	-
Concessionárias e permissionárias	6	8.921	5.933
Ativo contratual da concessão	7	47.392	46.277
Outros ativos		6.855	6.794
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>514.284</b>	<b>514.852</b>
Títulos e valores mobiliários	8	-	7.968
Concessionárias e permissionárias	6	317	298
Ativo contratual da concessão	7	513.382	506.255
Depósitos judiciais		131	34
Direito de uso sobre arrendamento		454	297
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>605.413</b>	<b>611.668</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>28.929</b>	<b>152.424</b>
Empréstimos e financiamentos	9	(371)	98.270
Arrendamentos a pagar	14.2	150	56
Fornecedores		50	154
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	5.806	5.664
Salários, férias e encargos sociais		1.891	-
Partes relacionadas - Dividendos	14.3	15.412	40.571
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.421	-
Encargos regulatórios		1.067	2.352
Outros passivos		3.503	5.357
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>350.954</b>	<b>133.185</b>
Empréstimos e financiamentos	9	206.297	-
Arrendamentos a pagar	14.2	387	252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	77.777	70.600
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	62.888	62.023
Provisão de Contingências	12	1.516	-
Outros passivos		2.089	310
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>225.530</b>	<b>326.059</b>
Capital social	13.1	126.286	125.686
Reservas de lucros		99.244	200.373
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>605.413</b>	<b>611.668</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>15</b>	<b>58.232</b>	<b>38.526</b>
<b>CUSTO OPERACIONAIS</b>			
Custo dos serviços prestados	16	(7.273)	(5.584)
		<u>(7.273)</u>	<u>(5.584)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>50.959</b>	<b>32.942</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Administrativas e gerais		(623)	(313)
Pessoal		(957)	(784)
Honorários da diretoria e conselho de administração	14.1	(665)	(556)
		<u>(2.245)</u>	<u>(1.653)</u>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>48.714</b>	<b>31.289</b>
Despesas financeiras	17	(11.438)	(10.887)
Receitas financeiras	17	2.120	2.598
		<u>(9.318)</u>	<u>(8.289)</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>39.396</b>	<b>23.000</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.117)	(1.607)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(6.942)	(1.701)
		<u>(9.059)</u>	<u>(3.308)</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>30.337</b>	<b>19.692</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>30.337</b>	<b>19.692</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>30.337</u></b>	<b><u>19.692</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>109.794</b>	<b>(600)</b>	<b>9.789</b>	<b>16.493</b>	<b>65.734</b>	<b>108.092</b>	<b>-</b>	<b>309.302</b>
Aumento de capital	16.492	-	-	(16.492)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.692	19.692
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	985	-	-	-	(985)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	6.967	-	-	(6.967)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	8.805	(8.805)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(2.935)	(2.935)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>126.286</b>	<b>(600)</b>	<b>10.774</b>	<b>6.968</b>	<b>65.734</b>	<b>116.897</b>	<b>-</b>	<b>326.059</b>
Integralização de capital	-	600	-	-	-	-	-	600
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(125.702)	-	(125.702)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	30.337	30.337
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	1.517	-	-	-	(1.517)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.763	-	-	(5.763)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(5.764)	(5.764)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	17.293	(17.293)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>126.286</b>	<b>-</b>	<b>12.291</b>	<b>12.731</b>	<b>65.734</b>	<b>8.488</b>	<b>-</b>	<b>225.530</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	39.396	23.000
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Depreciação e amortização	139	67
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias líquidas)	10.546	10.021
Receita de aplicações financeiras	(1.285)	(427)
Atualização monetária - impostos a recuperar	58	109
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	1.009	(1.673)
Descontos financeiros obtidos	(402)	(861)
	<b>49.461</b>	<b>30.236</b>
<b>(Redução) aumento no ativo</b>		
Concessionárias e permissionárias	(3.007)	(165)
Ativo contratual da concessão	(8.242)	13.677
Impostos a recuperar	(37)	(438)
Outros ativos	(114)	(534)
	<b>(11.400)</b>	<b>12.540</b>
<b>Aumento no passivo</b>		
Fornecedores	298	897
Encargos regulatórios	-	(6)
Salários, férias e encargos sociais	566	-
Tributos e contribuições sociais a recolher	377	-
Outros passivos	2.941	222
	<b>4.182</b>	<b>1.113</b>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(2.358)	(2.708)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>39.885</b>	<b>41.181</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgate de títulos e valores mobiliários	194.691	400
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(213.269)	(379)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(18.578)</b>	<b>21</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	600	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(156.625)	-
Empréstimos tomados	200.000	-
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos	(116)	(82)
Pagamento de juros do financiamento	(4.852)	(9.865)
Amortização de principal do financiamento	(97.996)	(12.629)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(58.989)</b>	<b>(22.576)</b>
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(37.682)</b>	<b>18.626</b>
<b>Demonstração da aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	37.812	19.186
Saldo no final do exercício	130	37.812
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(37.682)</b>	<b>18.626</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. Contexto operacional

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 - parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
023/2009	30	2039	R\$ 54.948	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial sendo reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

Em 19 de novembro de 2011, a linha de transmissão e a respectiva subestação entraram em operação comercial.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa Nº 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, o qual entrou em operação em 03 de fevereiro de 2017.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

#### Impactos do COVID-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Alupar (controladora) adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de sua linha de transmissão, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado por sua controladora um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação, e uma Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: suspensão de viagens internacionais e nacionais; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office à unidade operacional, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras na unidade; plano de contingência no Centro de Operação e Subestação; intensificação da assepsia de todos os ambientes do escritório, centro de operação e subestação; suspensão de visitas de colaboradores ou pessoas externas à unidade de negócio da Companhia; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos em renda fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do nosso segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade, nem de preços de energia, uma vez que os preços de energia já foram acordados no leilão de forma que estão no ambiente regulado. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2021.

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.2. Adoção do Ofício circular CVM 04/2020**

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC 48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificou nenhum ajuste relevante no resultado do exercício, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47, a Companhia já adotava margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção.

#### **2.3. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2.4. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

#### *Contabilização de contrato de concessão*

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato, receita de operação e manutenção e receita de ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

#### *Momento de reconhecimento do ativo contratual*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

### *Determinação da margem de lucro*

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

### *Determinação da taxa de desconto do ativo contratual*

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

### *Determinação das receitas de implementação de infraestrutura*

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### *Determinação das receitas de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

### *PV (Parcela variável)*

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

## **3. Sumário das principais práticas contábeis**

### **3.1. Reconhecimento da receita**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

#### **3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura**

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.



## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

### **3.1.3 Receitas de operação e manutenção**

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE e Reserva Global de Reversão "RGR") registrados no passivo não circulante.

### **3.1.4 Receitas de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

## **3.2. Ativo contratual da concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início dos projetos da Companhia, que são de 6,59% a.a e 8,04% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

### **3.3. Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3.4. Provisão para redução ao valor de recuperável de ativos**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

### **3.5. Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

### **3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.7. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

#### **3.7.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas**

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3.8. Arrendamentos**

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

### **3.9. Tributação**

#### **3.9.1. Tributos sobre a receita**

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%

#### **3.9.2. Imposto de renda e contribuição social correntes**

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2024, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

#### **3.9.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020**

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

### **3.11. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Substituição do IFRS 4 - Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro. A entrada em vigor ocorrerá para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato. A entrada em vigor ocorrerá para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;
- Alterações ao IAS 16 - Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>		
Numerário disponível	118	2.204
Aplicações Financeiras	12	35.608
	<u>130</u>	<u>37.812</u>

Os certificados de depósitos bancários possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 95,87% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (96,35% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

### 5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Investimentos de curto prazo</u></b>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	27.831	-
	<u>27.831</u>	<u>-</u>

### 6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Concessionárias e permissionárias</u></b>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	8.921	5.933
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	317	298
	<u>9.238</u>	<u>6.231</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação da linha de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

#### Movimentação do ativo contratual da concessão

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Ativo contratual</b>	<b>566.209</b>
Receita de operação e manutenção	11.181
Remuneração do ativo de concessão	(38.280)
Receita de infra-estrutura	71.582
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(58.160)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019 - Ativo contratual</b>	<b>552.532</b>
Receita de operação e manutenção	14.168
( - ) Parcela variável	(1.423)
Remuneração do ativo contratual da concessão	71.049
Correção monetária do ativo contratual	-
Receita de infraestrutura	(16.876)
Ativo de concessão adquirido em combinação de negócios	-
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(58.676)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual</b>	<b>560.774</b>
Ativo Contratual de Concessão - Circulante	47.392
Ativo Contratual de Concessão - Não Circulante	513.382
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual</b>	<b>560.774</b>

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

### 8. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha garantias constituídas no montante de R\$ 7.968 em fundo de investimentos, conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 96,58% do CDI em 31 de dezembro de 2019. Durante os primeiros seis meses de 2020, a Companhia liquidou as dívidas de empréstimos com o BNDES e Banco do Brasil – FCO, conseqüentemente resgatou os valores mantidos como garantias em fundos de investimentos.

### 9. Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não circulante				
			Custo a amortizar	31/12/2020	31/12/2019	Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2020	31/12/2019
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/2029	Juros 10,00%	-	-	56.854	-	-	-	-	-
BNDES (II)	15/05/2026	TJLP + 3,60%	-	-	41.416	-	-	-	-	-
Santander (III)	26/05/2022	Taxa DI + 3,30%	(371)	(371)	-	6.482	200.000	(185)	206.297	-
			<b>(371)</b>	<b>(371)</b>	<b>98.270</b>	<b>6.482</b>	<b>200.000</b>	<b>(185)</b>	<b>206.297</b>	<b>-</b>

- (I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011 e liquidado em 27 de maio de 2020.
- (II) Em fevereiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, liberado em 15 de maio de 2012 e com vencimento em 15 de maio de 2026. Em 25 de maio de 2020 esse empréstimo foi liquidado.
- (III) Em 26 de maio de 2020 a Companhia captou junto ao Banco Santander o montante de R\$ 200.000, com vencimento em 26 de maio de 2022. Está sujeito ao encargo vinculado à Taxa DI, acrescido de 3,30 % a.a. As Notas Comerciais serão garantidas por aval a ser prestado pela Alupar Investimento S.A. (avalista).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:



## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2018					31/12/2019
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Banco do Brasil - FCO	63.052	5.668	-	(6.152)	(5.714)	56.854
BNDES	47.718	4.182	144	(6.477)	(4.151)	41.416
	<u>110.770</u>	<u>9.850</u>	<u>144</u>	<u>(12.629)</u>	<u>(9.865)</u>	<u>98.270</u>

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de Dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2019					31/12/2020
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Banco do Brasil - FCO	56.854	-	2.131	(56.410)	(2.575)	-
BNDES	41.416	-	1.681	(41.586)	(1.511)	-
Santander	-	200.000	6.692	-	(766)	205.926
	<u>98.270</u>	<u>200.000</u>	<u>10.504</u>	<u>(97.996)</u>	<u>(4.852)</u>	<u>205.926</u>

c. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	2021	2022	Total
Santander	-	206.483	206.483
Santander - custo de captação	(371)	(186)	(557)
	<u>(371)</u>	<u>206.297</u>	<u>205.926</u>

## 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – Orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
<b>Ativo fiscal diferido</b>				
Diferido do arrendamento mercantil	(520)	(520)	-	-
Diferido do ativo contratual	(68.711)	(68.711)	(67.317)	(67.317)
Subtotal	(69.231)	(69.231)	(67.317)	(67.317)
<b>Passivo fiscal diferido</b>				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	186.639	186.639	166.983	166.983
Art. 69 inciso IV Lei 12.973/14	582	589	-	-
Diferido do arrendamento mercantil	454	454	-	-
Diferido do ativo contratual	142.303	142.303	143.230	143.230
Outros itens	(39)	(32)	-	-
Subtotal	329.939	329.953	310.213	310.213
<b>Base de cálculo</b>	<b>260.708</b>	<b>260.722</b>	<b>242.896</b>	<b>242.896</b>
Imposto diferido - base de cálculo	202.765	260.722	178.976	242.896
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	57.943	-	63.920	-
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	-	6,25%	-
Total tributo alíquota efetiva	50.691	23.465	44.744	21.861
Total tributo alíquota incentivada	3.621	-	3.995	-
<b>Total IRPJ e CSLL diferido</b>	<b>54.312</b>	<b>23.465</b>	<b>48.739</b>	<b>21.861</b>
Total IR e CS alíquota aplicada		74.156		66.605
Total IR e CS alíquota incentivada		3.621		3.995
		<b>77.777</b>		<b>70.600</b>

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real					
	Dezembro	Movimentação no resultado	Dezembro	Reclassificação	Movimentação no resultado	Dezembro
	2018		2019		2020	
Imposto de renda diferido	46.916	1.823	48.739	173	5.400	54.312
Contribuição social diferida	21.983	(122)	21.861	62	1.542	23.465
	<b>68.899</b>	<b>1.701</b>	<b>70.600</b>	<b>235</b>	<b>6.942</b>	<b>77.777</b>

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 11. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo circulante</b>	<b>5.806</b>	<b>5.664</b>
Pis Diferido	782	764
Cofins Diferido	3.602	3.517
Reserva Global de Reversão - RGR	1.232	1.199
Taxa de fiscalização ANEEL	190	184
<b>Passivo não circulante</b>	<b>62.888</b>	<b>62.023</b>
Pis Diferido	8.470	8.353
Cofins Diferido	39.016	38.477
Reserva Global de Reversão - RGR	13.348	13.167
Taxa de fiscalização ANEEL	2.054	2.026
	<b>68.694</b>	<b>67.687</b>

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

### 12. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 5.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

**(A) PERDA PROVÁVEL:** a Companhia não figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Município de Jauru, visando a exigência de créditos tributários de ISS classificado como provável de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 1.477. Esse processo em 31 de dezembro de 2019 estava classificado como possível.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um processo cível proposto por Luiz Cláudio Jaques Junior, visando a exigência de pagamento de indenização pela servidão administrativa, com valor em risco aproximado de R\$ 39. Esse processo em 31 de dezembro de 2019 estava classificado como remoto.

**(B) PERDA POSSÍVEL:** a Companhia não figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

Possui 2 processos em risco totalizando o valor de R\$ 165 com classificação possível de perda (R\$ 160 cível e R\$ 5 trabalhista).

### **13. Patrimônio líquido**

#### **13.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 126.286 (R\$ 126.286 de capital subscrito e R\$ 125.686 de capital social integralizado em 2019) composto por 109.793.590 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 06 de julho de 2020 a Mavi Engenharia e Construções Ltda. autorizou a Companhia a descontar os valores por ela devido a título de dividendos em decorrência da não integralização de capital. Na mesma data a Sollo Energia S.A. assumiu a quitação da referida dívida a partir da data em que está passe a ser acionista.

Em 24 de julho de 2020 a Mavi Engenharia e Construções Ltda. vendeu a totalidade de suas ações da Companhia para a Sollo Energia S.A.

Em 31 de julho de 2020 foi efetuada a integralização de capital no valor de R\$ 600 através do desconto autorizado dos dividendos devidos pela Companhia.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
Alupar Investimento S/A	65.876.154	60%	65.876.154	60%
Apollo 15 Participações S.A.	38.427.556	35%	38.427.556	35%
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	-	-	5.489.880	5%
Sollo Energia S.A.	5.489.880	5%	-	-
<b>Total das ações</b>	<b>109.793.590</b>	<b>100%</b>	<b>109.793.590</b>	<b>100%</b>

### 13.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Destinação do resultado	31/12/2020	31/12/2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>30.337</b>	<b>19.692</b>
Constituição de reserva legal (5%)	(1.517)	(985)
Reserva de incentivos fiscais	(5.763)	(6.967)
<b>Subtotal</b>	<b>23.057</b>	<b>11.740</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(5.764)	(2.935)
Reserva de lucros	(17.293)	(8.805)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 14. Partes relacionadas

### 14.1. Remuneração da alta Administração

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a remuneração incluindo Diretoria e Conselho de administração foi de R\$ 665 e 556 respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 14.2. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$ 537 (R\$ 308 em 31 de dezembro de 2019).

### 14.3. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui em aberto dividendos no valor de R\$ 15.412 (R\$ 40.571 em 31 de dezembro de 2019).

## 15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Receita operacional bruta</u></b>	<u>66.918</u>	<u>44.483</u>
<b><u>Deduções da receita operacional</u></b>	<u>(8.686)</u>	<u>(5.957)</u>
Programa de Integração Social - PIS	(969)	(734)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(4.464)	(3.381)
PIS diferido	(136)	-
COFINS diferido	(626)	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.507)	(1.156)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR diferido	(214)	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(202)	(508)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(202)	-
Ministério de minas e energia - MME	(101)	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(232)	(178)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE diferido	(33)	-
<b><u>Receita operacional líquida</u></b>	<u><b>58.232</b></u>	<u><b>38.526</b></u>

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 16. Custo dos serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
Pessoal	(3.621)	(3.529)
Material	(535)	(384)
Serviços de terceiros	(812)	(900)
Provisão (reversão) para contingências	(1.441)	-
Aluguéis	(488)	(322)
Seguros	(146)	(239)
Outros tributos e taxas	(60)	(26)
Depreciação e amortização	(139)	(67)
Outros	(31)	(117)
<b>Total custos dos serviços prestados</b>	<b>(7.273)</b>	<b>(5.584)</b>

### 17. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Receitas financeiras</u></b>	<b>2.120</b>	<b>2.598</b>
Receita de aplicações financeiras	1.173	1.727
Descontos obtidos	402	861
Outros	545	10
<b><u>Despesas financeiras</u></b>	<b>(11.438)</b>	<b>(10.887)</b>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(9.972)	(9.850)
Encargos sobre arrendamentos	(42)	(27)
Variação monetária sobre empréstimos	-	(144)
Custos de captação de dívida amortizado	(532)	-
Despesas bancárias	(25)	(543)
Atualização monetária	(58)	(109)
Outros	(809)	(214)
<b>Total líquido</b>	<b>(9.318)</b>	<b>(8.289)</b>

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Tributos correntes lucro real:</b>				
Lucro societário antes do IR e CS	39.396	39.396	23.000	23.000
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	38.425	38.425	39.974	39.974
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso IIN 1515/14	(58.081)	(58.081)	(59.119)	(59.119)
Ativo Contratual CPC 47	2.047	2.047	20.861	20.861
(+/-) Outros	2.133	1.734	684	269
<b>Base de cálculo</b>	<b>23.920</b>	<b>23.521</b>	<b>25.400</b>	<b>24.985</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	<b>(5.956)</b>	<b>(2.117)</b>	<b>(6.326)</b>	<b>(2.249)</b>
Incentivo fiscal SUDAM	5.956	-	6.326	-
Incentivo fiscal SUDAM levantamento de Créditos	-	-	642	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>-</b>	<b>(2.117)</b>	<b>642</b>	<b>(2.249)</b>
<b>Total dos tributos diferidos</b>	<b>(5.400)</b>	<b>(1.542)</b>	<b>(1.823)</b>	<b>122</b>
<b>Despesa total com tributos</b>	<b>(5.400)</b>	<b>(3.659)</b>	<b>(1.181)</b>	<b>(2.127)</b>
Alíquota efetiva	<b>22,99%</b>		<b>14,38%</b>	

### 19. Instrumentos financeiros

#### 19.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.



## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 19.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como custo amortizado e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	31/12/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa	118	118	2.204	2.204	-	Custo amortizado
Aplicações Financeiras	12	12	35.608	35.608	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	27.831	27.831	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	-	-	7.968	7.968	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	9.238	9.238	6.231	6.231	-	Custo amortizado
	<b>37.199</b>	<b>37.199</b>	<b>52.011</b>	<b>52.011</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	50	50	154	154	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	205.926	205.926	98.270	98.270	-	Custo amortizado
	<b>205.976</b>	<b>205.976</b>	<b>98.424</b>	<b>98.424</b>		

### 19.3. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 19.4. Análise de sensibilidade

#### 19.4.1. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2020	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Investimento de curto prazo	CDI	27.831	3,38%	1,69%	2,54%	4,23%	5,07%
			941	470	706	1.176	1.411

#### 19.4.2. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2020; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento			
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)		
Santander	DI	3,30%	205.926	3,38%	1,69%	2,53%	4,22%	5,06%
			13.975	10.385	12.180	15.770	17.565	

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano											
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento								
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)							
Santander	DI	3,30%	205.926	3,38%	13.975	1,69%	10.385	2,53%	12.180	4,22%	15.770	5,06%	17.565

### 19.5. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

#### 19.5.1. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

#### 19.5.2. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

#### 19.5.3. Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJLP.

#### 19.5.4. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

#### 19.5.5. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração

## **TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

### **19.5.6. Risco técnico**

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

## **20. Benefícios a empregados**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro Automóvel	100% Tabela Fipe	9	19/09/2021
Riscos Patrimoniais	130.966	177	04/07/2021
Responsabilidade Civil	5.000	16	04/07/2021
Responsabilidade Civil	50.000	3	28/08/2021
Total	<u>185.966</u>	<u>205</u>	

\*\*\*

---

Patricia Nalini Sávio Ferreira  
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2